

Mara Franco, jurista

“Subsídio de mobilidade é obsoleto e devia-se optar por modelo da Espanha”

A inspiração naquele que é o subsídio de mobilidade de Espanha pode ser uma solução para atenuar eventuais fraudes no subsídio que é atribuído, aos residentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, nas deslocações aéreas entre o território continental e as ilhas

Em Espanha, os residentes das comunidades autónomas insulares e cidades autónomas são “comparticipados em 75% sobre o valor das tarifas dos serviços regulares de transporte aéreo” concedidos pelo Estado espanhol.

A sugestão é da advogada Mara Franco, sócia do escritório de advocacia Cerejeira Namora Marinho Falcão, e surge depois das buscas relacionadas com uma alegada burla envolvendo o subsídio de mobilidade, citada pelo Jornal Económico da Madeira.

“Este procedimento é claramente obsoleto e tornou-se, obviamente, um terreno fértil para os burlões que, munidos de documentos falsificados, têm regularmente desviado verbas significativas do Estado”, considera Mara Franco.

A sócia da Cerejeira Namora Marinho Falcão explica que, em Espanha, este subsídios são aplicados aos residentes das Comunidades Autónomas de Canárias e das Baleares e aos residentes das Cidades Autónomas de Ceuta e Melilla, “directamente no ponto de venda – i.e. quando se reservam bilhetes de avião junto das companhias aéreas – utilizando o número fiscal do contribuinte”, explica ao Jornal Económico.

Para Mara Franco, esta estratégia “não só simplifica” o procedimento, “reduzindo” as despesas administrativas, como também “reduz consideravelmente” o risco de fraude, “ligando directamente o subsídio à identificação verificada do contribuinte, eliminando a fase de reembolso e o facto de o contribuinte ter

que adiantar dinheiro à companhia aérea do seu próprio bolso”.

Para Mara Franco, a “incapacidade” do sistema actual [português] de implementar tecnologias modernas e preventivas, no sentido de combater a fraude, é um “erro claro” de governação, que “não só encoraja a actividade criminosa, mas também sobrecarrega as pessoas honestas e mina a confiança nos processos públicos”.

Ministério vai apertar fiscalização

A sócia da Cerejeira Namora Marinho Falcão diz que a aplicação do modelo espanhol “minimizaria significativamente” a carga administrativa e as despesas associadas ao processamento dos pedidos, facilitando também a perseguição aos autores de fraudes após a ocorrência dos factos, e, “ao mesmo tempo, funcionaria como uma medida preventiva, incapacitando muitas tentativas de fraude na fonte, ao autenticar e aplicar directamente os subsídios, através de um sistema digital centralizado e seguro”.

Mara Franco reforça que o Governo da República “deve dar prioridade” à utilização da tecnologia na administração dos fundos públicos, inspirando-se no seu vizinho ibérico para “renovar um sistema defeituoso”.

A sócia da Cerejeira Namora Marinho Falcão salienta que a Região, ao seguir este modelo, “pode proteger as suas finanças e, mais significativamente, restaurar a integridade dos seus programas de subsídios”.

Entretanto, o Ministério das Infraestruturas e Habitação (MIH) vai apertar a fiscalização da atribuição do subsídio social de mobilidade (SSM), que se destina a apoiar os estudantes ou os residentes das Regiões Autónomas da Madeira e



dos Açores nas deslocações entre o continente, Açores e Madeira, revela o Jornal Económico da Madeira.

Fonte oficial do MIH revelou ao Económico Madeira que já está em curso o reforço do controlo pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, entidades envolvidas na fiscalização deste subsídio e monitorização do custo elegível.

Madeira aceita tecto

“Está em curso a implementação de mecanismos de reforço de controlo e fiscalização da atribuição deste subsídio, por parte das entidades competentes na matéria (IGF e ANAC), com vista a evitar qualquer fraude futura ou a reportar, de modo célere, qualquer inconformidade”, revelou fonte oficial do MIH, após ter sido questionada quanto à ne-

cessidade de maior fiscalização do subsídio social de mobilidade, na sequência da operação desencadeada pela PJ.

O Económico Madeira procurou obter reacção por parte da Secretaria do Turismo e Cultura, entidade do Executivo regional com o pelouro do subsídio de mobilidade, relativamente ao que poderia ser feito para aprimorar este sistema.

A Secretaria Regional remeteu para declarações do Presidente do Executivo madeirense.

O governante considerou importante existir um tecto em termos monetários como forma de desincentivar a fraude. Para Albuquerque, essa seria a melhor estratégia, ao contrário do que aconteceu nos Açores.

“A inexistência do tecto facilita esquemas de fraude”, disse o Presidente do Executivo madeirense.

Albuquerque confirmou que está a ser equacionada a revisão do subsídio de mobilidade, estando a ser visto com os Açores qual será a melhor solução para esse possível novo modelo [de subsídio de mobilidade].

O governante sublinhou que deveria existir um esquema, à semelhança do que se passa com o Estudante Insular, que permita aos residentes nas Regiões Autónomas pagar somente o valor da viagem.

O programa Estudante Insular permite que os estudantes, até aos 26 anos, paguem, por viagens entre a Madeira e o continente, 65 euros, e entre a Madeira e os Açores, 89 euros, desde que a compra seja efectuada nas agências de viagens aderentes a este programa.

O Estudante Insular foi um programa do Executivo madeirense, que surgiu para dar resposta à subida dos preços das viagens para os residentes da Madeira, em alturas nas quais existe uma grande procura, como por exemplo as férias da Páscoa e a altura do Natal e passagem de ano.

Governo retirou proposta sobre áreas marinhas por “questões formais”

O Governo dos Açores retirou a proposta que tinha dado entrada na Assembleia Regional sobre a nova rede de áreas marinhas protegidas devido a “questões formais e não de conteúdo”, adiantou fonte do Executivo.

A mesma fonte adiantou que a retirada da proposta está relacionada com a “correção de uma questão formal” que foi detectada pelo Executivo açoriano, não estando em causa o conteúdo das alterações ao decreto legislativo regional que regula

o parque marinho dos Açores.

“Em causa está apenas uma questão formal referente à formulação do documento”, indicou a fonte governamental, realçando que a retirada da proposta se deve a uma correção na redacção do documento.

Ontem, o PS expressou “perplexidade” por a iniciativa, que visa definir a nova Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), ter sido retirada “apenas cinco dias após ter sido entregue na Assembleia Regional”.

Em comunicado, os socialistas consideraram que a “retirada apresada de um diploma desta importância” e “sem qualquer explicação levanta muitas dúvidas sobre todo o processo”, que tem sido “marcado por várias peripécias e contradições”.

“Estranhámos, porque temos questionado insistentemente o Governo Regional sobre esta matéria e nunca conseguimos obter uma resposta clara sobre de que forma pretende ampliar as Áreas Marinhas Protegidas”, afirmou a deputada do

PS/Açores Joana Pombo Tavares, citada na nota de imprensa.

Em 14 de Junho, o Governo dos Açores anunciou que tinha entregado no Parlamento a proposta da nova RAMPA, considerando tratar-se de uma “etapa significativa” na protecção do mar da Região.

Segundo o Executivo, a proposta “define prazos para a efectiva implementação e o enquadramento para uma reestruturação do sector da pesca e para uma melhor monitorização e fiscalização”.